

## A ESPERANÇA DA GLÓRIA QUE SE REVELARÁ: A TEOLOGIA DE SANTO AGOSTINHO A PARTIR DA HERMENÊUTICA DE Rm 8,18-30

Marcone Felipe Bezerra de Lima<sup>1</sup>

### **Resumo**

Segundo Santo Agostinho, a esperança é uma virtude teologal que envolve o desejo ardente da comunhão eterna com Deus, sua contemplação. Entretanto, a esperança não é dicotômica, uma vez que está intrinsecamente ligada à fé e à caridade aqui na “cidade dos homens”, fortalecendo-se mutuamente. Assim, sua contribuição para a teologia e instabilidade contemporâneas torna-se um consolo durante a nossa jornada na terra. Logo, objetiva-se considerar a interpretação agostiniana do texto de Rm 8 por expressar a certeza da glorificação futura dos crentes, a esperança da redenção do corpo e a expectativa da revelação dos filhos de Deus.<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Esperança da redenção. Interpretação agostiniana. Teologia paulina.

### **1 INTRODUÇÃO**

Na Carta aos Romanos 8,18, o Apóstolo Paulo revela: “Considero que nosso sofrimento de agora não é nada comparado com a glória que ele nos revelará mais tarde”. Esta passagem bíblica do Novo Testamento expressa a convicção de que as aflições do tempo presente são insignificantes em comparação com a glória futura que será revelada nos filhos de Deus – a condição para participação desse estado espiritual e físico onde a criação será renovada e restaurada à sua perfeição original, superando a beleza do

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); mestre em Filosofia (UNICAP); graduado em Letras (UNIVISA) e Teologia (FATIN). Participa, desde 2018, do grupo de Estudos em Filosofia Medieval sob coordenação do professor Marcos Roberto Nunes Costa (UFPE). E-mail: marconefelipe25@hotmail.com.

<sup>2</sup> Este trabalho faz parte de nossa pesquisa de doutoramento em Ciências da Religião (UNICAP) a qual é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Jardim do Éden. Essa glória futura é a esperança cristã de um estado perfeito e eterno com Deus, que transcende os sofrimentos e dificuldades presentes. Ela envolve a renovação completa da criação, a redenção do corpo dos crentes, uma visão direta de Deus e a participação na sua natureza divina, resultando numa vida de felicidade, perfeição e realização plena. Portanto, analisar-se-ão argumentos agostinianos frente à hermenêutica de Rm 8,18-30.

## **2 A FILIAÇÃO POR ADOÇÃO PELA GRAÇA DIVINA COMO CONDIÇÃO À ENTRADA NA GLÓRIA FUTURA**

Na carta aos Romanos 8,18-30, o Apóstolo Paulo demonstra a esperança gloriosa dos filhos de Deus e a certeza da sua salvação final, apesar do sofrimento presente. O texto descreve a criação gemendo, esperando a redenção, o que reflete o sofrimento humano e a esperança dos crentes por um futuro melhor. A passagem assegura que Deus, através do seu plano de salvação, conhece, predestina, chama, justifica e glorifica todos que o amam e são chamados segundo o seu desígnio, que é a conformidade com a imagem de Jesus. Assim, seguem os principais argumentos do doutor dos gentios:

1. O sofrimento presente não se compara à glória futura (v. 18);
2. Toda a criação (a natureza) gême, sofrendo as consequências do pecado, mas aguarda ansiosamente a manifestação dos filhos de Deus e a sua libertação da corrupção (vv. 19-22);
3. Os próprios cristãos também gemem aguardando os direitos de adoção juntamente à redenção do corpo (vv. 23-25);
4. O Espírito Santo gême por nós, intercedendo em nosso favor com gemidos que são a própria oração de Deus, garantindo que tudo coopera para o bem daqueles que amam a Deus e são chamados segundo o seu desígnio (vv. 26-30).

A doutrina da filiação por adoção, central no Cristianismo, ensina que os crentes são adotados por Deus na sua família, tornando-se seus filhos através da fé em Jesus Cristo, recebendo todos os privilégios e responsabilidades dessa adoção:

<sup>12</sup> Portanto, irmãos, vocês não têm de fazer o que sua natureza humana lhes pede, <sup>13</sup> porque, se viverem de acordo com as exigências dela, morrerão. Se, contudo, pelo poder do Espírito, fizerem morrer as obras do corpo, viverão,<sup>14</sup> porque todos que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. <sup>15</sup> Pois vocês não receberam um espírito que os torne, de novo, escravos medrosos, mas sim o Espírito de Deus, que os adotou como seus próprios filhos. Agora nós o chamamos “Aba, Pai”,<sup>16</sup> pois o seu Espírito confirma a nosso espírito que somos filhos de Deus.<sup>17</sup> Se somos seus filhos, então somos seus herdeiros e, portanto, coerdeiros com Cristo. Se de fato participamos de seu sofrimento, participaremos também de sua glória (Rm 8,12-17).

Isso é possível pela graça de Deus, que nos predestinou desde a eternidade para sermos seus filhos, e se concretiza pela obra de Cristo, o que resulta numa nova natureza e relacionamento com Deus, que é o nosso Pai celestial. A participação na natureza divina é a transformação que se inicia no interior e nesse tempo, isto é, aqui no presente. Conforme santo Agostinho:

44. [52] (8,15-16) – Pelo que diz: “com efeito, não recebestes um espírito de escravidão, para cair no temor, mas recebestes um espírito de filhos adotivos, pelo qual clamamos: ‘Abba! Pai!’”, com toda a evidência diferenciou os tempos dos dois Testamentos: o antigo diz respeito ao temor, mas o novo à caridade. [...] Portanto, aqueles que ainda não estão sob a graça, mas estabelecidos sob a Lei, são vencidos pelos pecados para obedecer aos desejos carnais e aumentam a culpabilidade de seus delitos pela transgressão, receberam o espírito de servidão, ou seja, o espírito daquele que tem o poder de morte. Pois, se interpretarmos o espírito de servidão como o próprio espírito do homem, começaremos também a interpretar o espírito de adoção como o espírito mudado para melhor. Mas, como concebemos o espírito de adoção como o Espírito Santo, que o apóstolo claramente mostra, quando diz: “o próprio Espírito dá testemunho ao nosso espírito”, resta que

interpretemos o espírito de servidão como aquele a quem servem os pecadores, para que, assim como o Espírito Santo liberta do temor da morte, assim o espírito de servidão, que tem o poder de morte, os mantenha como réus da mesma morte pelo temor, a fim de que cada um se volte para o auxílio do Libertador, mesmo contra a vontade do próprio diabo, que sempre deseja mantê-lo sob seu poder (Agostinho, 2009, p. 41-43).

Destarte, segundo Agostinho, a Lei revela o pecado e, portanto, a condenação, enquanto a Graça, oferecida por Deus através de Cristo, é a ação curativa que restaura a vontade humana e permite ao homem escolher e praticar o bem, que é a verdadeira liberdade. Assim, a Lei é dada para que se clame pela Graça, e a Graça é concedida para que a Lei seja observada, numa relação em que a Graça é necessária para a justificação e para a participação na vida divina.

Dessa forma, James Dunn explica que, por meio do Filho, o ser humano torna-se filho de Deus:

O mesmo tema emerge na passagem paralela de Gl 4,4-5: 'Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção'. [...] 'nascido de mulher' significa simplesmente 'pessoa humana'. E 'nascido sob a lei' indica Jesus o judeu, isto é, em estado de tutela (Gl 4,1-3). Em outras palavras, Jesus desde o nascimento funcionou na qualidade de representante, representando a humanidade em geral e seus conacionais em particular. [...] Somente cumprindo esse papel de representante, o Cristo pôde redimir 'os que estão sob a lei' e trazer à humanidade o status efetivo de filhos de Deus. Aqui talvez poderíamos acrescentar Fl 2,6-8. O hino de Filipenses (2,6-11) parece impregnado de cristologia adâmica. Podemos aqui limitar-nos a notar a segunda parte de 2,7: 'sendo (ou tornando-se) em semelhança de homem (*homoiomati anthropou*) e achado em forma de homem (*hos anthropos*)'. O paralelismo com Rm 8,3 chama muito a atenção. E o que quer que signifique precisamente, parece denotar que Cristo na sua vida, antes da sua morte, foi considerado representante da humanidade. Foi este fato que deu à sua morte o seu significado, como a morte que derrotou o poder do pecado e da morte para a humanidade (Dunn, 2003, p. 246-247).

Segundo James Dunn, o texto citado de Gálatas explica que a encarnação do Filho estava relacionada diretamente com a Lei a fim de cumprir a Justiça de Deus para remir a humanidade. Philipp Seidensticker argumenta sobre a Lei:

Paulo vê um motivo decisivo para o fracasso da lei no fato de o homem já estar entregue ao poder do ‘pecado’ em consequência da transgressão de Adão (Rm 7.7-25). Mas, embora opondo-se ao pecado, a lei não é um poder (8.3) capaz de unir a Deus, mas apenas exigência (‘letra’ Rm 2.27-29; 7.6) que impeliu o homem ainda mais para o ‘pecado’. Na sua retrospectiva, iluminada pela fé cristã, Paulo fala em nome do homem não remido, caído no ‘pecado’, descrevendo com palavras do Gn 3.1-13 – o estado permanente de pecado da humanidade e o papel desempenhado pela lei nesta situação. Por causa da ‘letra’, isto é, da lei, a Antiga Aliança em geral tornou-se um ‘ministério de morte’ (2Cor 3.6s). Na incapacidade da lei realiza-se um desígnio de Deus. Deus não ligou a salvação à observância da lei; mas o homem devia, é a tese de Paulo, tornar-se consciente da sua situação no campo de ação do pecado. No ardor da tese paulina afirma: ‘Veio a lei para que a transgressão exuberasse’ (Rm 5.20; cf. Gl 3.19). Evidentemente tais afirmações paradoxais, da preferência de Paulo, não devem ser consideradas isoladamente. Elas estão em função da pregação do homem novo em Cristo: ‘Mas onde o pecado exuberou, superabundou a graça’ (Rm 5.20).

A doutrina da lei, não obstante a sua intensidade polêmica contra a mentalidade legalista de amplos círculos do judaísmo, não se reduz a uma simples discussão de problemas daquele tempo, superados para nós. Ela tem uma importância fundamental, porque, com o termo técnico ‘lei’, Paulo mostra a inutilidade de qualquer tentativa de salvação baseada na própria força moral (Rm 7.7-23; 2.15; 3.20). Consequentemente não distingue entre preceitos culturais abolidos e preceitos morais em vigor. Para Paulo a ‘lei’ é um todo e, como tal, foi abolida com a vinda de Cristo (2008, p. 87-88).

O autor deixa nítido que a intenção da tese paulina era a afirmação da incapacidade salvífica da Lei, pois segundo o apóstolo Paulo, a Lei serviu de “aio” (Gl 3,24) que era um guia ou pedagogo, portanto serviu para conduzir as pessoas a Cristo, a fim de que a justificação pela fé fosse

alcançada. Isso significa que a Lei, com seus preceitos e mandamentos, funcionava como um guia que apontava para a necessidade de um Salvador, mostrando a incapacidade do ser humano de se justificar por suas próprias ações. Dessa forma, após a vinda de Cristo, que cumpriu a Lei e revelou a justificação pela fé, não estamos mais sob a tutela da Lei como um aio, mas, sim, livres em Cristo. Dessa maneira, a Lei serviu como um período de aprendizagem sob uma tutela rigorosa, preparando o povo para a liberdade e a justiça que viriam através da fé em Cristo, pois, por ser temporária, cumpre seu propósito com a encarnação do Verbo de Deus.

Agostinho mostra claramente que a Graça é a causa da justificação humana:

A justiça de Deus é fruto da graça. No tocante a este ponto, talvez a presunção humana, ignorando a justiça de Deus e pretendendo estabelecer a sua própria, venha a argumentar que o Apóstolo afirmou com razão: Porque pela Lei ninguém se justificará, já que a Lei revela apenas o que fazer e o que evitar, de modo que a vontade cumpra o que a Lei mostra, e assim **o homem se justifique não pelo que manda a Lei, mas pelo uso da liberdade.**

Mas, ó homem, escuta o que vem a seguir: Agora, porém, independentemente da Lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela Lei e pelos profetas (Rm 3,21). Acaso os próprios surdos não ouvem estas palavras? O Apóstolo diz: Manifestou-se a justiça de Deus. Ignoram esta justiça os que pretendem estabelecer a sua própria e querem sujeitar-se a Deus (Rm 10,3). O Apóstolo disse: Manifestou-se a justiça de Deus, e não: a justiça humana ou a justiça da vontade própria; justiça de Deus, não aquela pela qual Deus é justo, mas aquela com a qual reveste o homem, quando justifica o ímpio. Tudo isto é testemunhado pela Lei e pelos profetas: dão-lhe testemunho a Lei e os profetas. A Lei, certamente, pois pelo fato de ordenar, ameaçar e a ninguém justificar, mostra claramente que o homem é justificado pelo dom de Deus mediante a ajuda do Espírito. Os profetas, também, porque o que vaticinaram realizou-se com a vinda de Cristo.

Por isso o Apóstolo prossegue e acrescenta: Justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo (Rm 3,22), ou seja, pela fé com a qual se crê em Cristo. Assim como por esta fé de Cristo não se entende a fé com a qual Cristo crê, assim a justiça de Deus não é aquela pela qual Deus é justo. **A justiça e a fé são**

**nossas, mas se diz serem de Deus e de Cristo porque nos são concedidas por eles em sua liberalidade.** Portanto, a justiça de Deus, embora seja concessão sem a Lei, não se manifestou sem a Lei. Pois, como poderia ser testemunhada pela Lei, se se manifestasse sem a Lei? Mas a justiça de Deus é concessão independentemente da Lei, porque ele a confere ao crente mediante o Espírito da graça sem a ajuda da Lei, ou seja, sem ser auxiliada pela Lei. É certo que Deus algumas vezes mostra ao homem a sua enfermidade por meio da Lei, a fim de que se cure recorrendo pela fé à sua misericórdia.

Por isso, acerca da sabedoria divina, está escrito que *leva na língua a lei e a misericórdia* (Pr 3,16 segundo a LXX). A lei, pela qual torna réus os soberbos; a misericórdia, pela qual justifica os que se humilham. Justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo em favor de todos os que creem — pois não há diferença, visto que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus (Rm 3,22-23), e não da sua própria. Pois, que é que possuem que não tenham recebido? Se receberam, por que haveriam de se ensobrecer como se não tivessem recebido? (1Cor 4,7) Encontram-se, portanto, privados da glória de Deus.

E escuta o que vem em seguida: *E são justificados gratuitamente por sua graça* (Rm 3,24). Não são justificados pela Lei ou pela sua vontade própria; mas *justificados gratuitamente por sua graça*. O que não quer dizer que a justificação não seja fruto da nossa vontade, mas que a nossa vontade se revela enferma pela Lei, para que a graça cure a vontade e a vontade curada cumpra a Lei, não oprimida pela Lei nem necessitada da Lei (Agostinho, 1998, p. 31-33, grifo nosso).

O Hiponense explica que o objetivo da Lei não é salvar: “Porque pela Lei ninguém se justificará, já que a Lei revela apenas o que fazer e o que evitar, de modo que a vontade cumpra o que a Lei mostra,” e que Deus não relativiza a salvação, pois todos têm a liberdade oferecida pela Graça: “e assim o homem se justifique não pelo que manda a Lei, mas pelo uso da liberdade”. Segundo James Dunn, a Graça é a maior prova do amor de Deus. Sua explicação etimológica amplia esse sentido:

Por que esta palavra? Por que ‘graça’? Parte da explicação pode se encontrar no seu fundo veterotestamentário. Havia duas palavras relevantes para o nosso caso, *hen* (‘graça’) e *hesed* (‘favor gracioso, bondade amorosa, amor de aliança’).

Ambas denotavam ato generoso de superior a inferior. Mas a primeira era mais unilateral, podia referir-se apenas a uma situação específica e ser retirada unilateralmente. O último era um termo mais relacional. No seu uso secular implicava grau de reciprocidade: quem recebia um ato de *hesed* respondia com um ato semelhante de *hesed*. Mas no uso religioso estava profundamente arraigado o reconhecimento de que a iniciativa de Deus era compromisso duradouro, que desde o início excluía a possibilidade de qualquer resposta comparável.

O que interessa aqui é o contraste entre a tradução destes termos na LXX e o uso paulino de *charis*. Na LXX *charis* é quase sempre a tradução de *hen*, enquanto *eleos* ('misericórdia') é a tradução usual de *hesed*, termo mais comum e mais rico. Mas em Paulo a posição é invertida, sendo *eleos* usado apenas quatro vezes nas cartas paulinas incontroversas. Parece, portanto, que Paulo preferia *charis*, presumivelmente, porque no seu uso ele podia combinar os aspectos mais positivos das duas palavras hebraicas: *charis*, denota, assim poderíamos dizer, a unilateralidade de *hen* e o compromisso duradouro de *hesed* (Dunn, 2003, p. 373).

Para James Dunn, o sentido de Graça em Paulo demonstra seu profundo conhecimento sobre a singularidade da Obra da Salvação e a Benevolência Divina, assim, confirmando o pensamento agostiniano em detrimento do pelagiano. Dessa forma, Agostinho explica acerca da glorificação em Romanos 8:

45. [53] (8,19-23) – O que ele diz: "Pois a criação em expectativa anseia pela revelação dos filhos de Deus. De fato, a criação não foi submetida voluntariamente à vaidade" e tudo o que segue, até as palavras: "E nós mesmos gememos interiormente, suspirando pela redenção do nosso corpo", devemos entender de tal modo que não pensemos que exista o sentido da dor e do pranto nas árvores, nos arbustos, nas pedras e nas demais criaturas semelhantes, pois esse é o erro dos maniqueus, nem julguemos que os santos anjos estejam sujeitos à vaidade, nem creiamos a respeito deles que serão libertos da servidão da morte, já que, certamente, não haverão de perecer. Mas pensemos que a criação está no próprio homem, e isso sem qualquer juízo temerário. Com efeito, não pode existir criatura alguma que não seja ou espiritual, como a que se destaca nos anjos, ou animal, como a que se manifesta na vida dos animais, ou corporal, a qual

pode ser vista ou tocada; mas toda ela se encontra também no homem, porque o homem se compõe de espírito, alma e corpo.

Portanto, “a criação em expectativa anseia pela revelação dos filhos de Deus” refere-se ao homem que sofre e está sujeito à corrupção e que espera a manifestação, sobre a qual afirma o Apóstolo: “porque morrestes e vossa vida está escondida com Cristo em Deus: quando Cristo, que é vossa vida, se manifestar, então vós também com ele sereis manifestados na glória” (Cl 3,3-4). Também João diz: “Caríssimos, desde já somos filhos de Deus, mas o que nós seremos ainda não se manifestou. Sabemos que por ocasião dessa manifestação seremos semelhantes a ele, porque o veremos tal como ele é” (1Jo 3,2) [...] (Agostinho, 2009, p. 43).

O apóstolo Paulo, em Romanos 8,19-23, argumenta que tanto a criação quanto os filhos de Deus gemem e aguardam, com ardente expectativa, a gloriosa manifestação da redenção final. Esse anseio ocorre porque a criação foi submetida à corrupção devido ao pecado e, assim, espera a libertação que virá com a revelação dos filhos de Deus. Essa espera é moldada pela esperança da redenção completa e gloriosa dos corpos. Esse gemido é descrito como as dores de parto de uma mãe, indicando a dor da imperfeição atual e o anseio por um novo nascimento ou restauração. Entretanto, o gemido não é um lamento sem esperança, mas uma esperança ativa pela libertação e restauração ao estado original e glorioso.

Segundo Beale, a ressurreição de Cristo está diretamente relacionada à restauração, isto é, à nova criação do universo:

Que ressurreição é um conceito da “nova criação” fica evidente no simples fato de que um corpo ressurreto é um corpo recriado, e o corpo que os santos terão a fim de serem parte da nova criação eterna e consumada de todo o cosmo é um corpo ressurreto, juntamente com um espírito ressurreto. Nesse sentido, o corpo ressurreto de Cristo foi o primeiro corpo recriado a passar para o outro lado, o da nova criação. A nova criação vindoura entrou retroativamente no velho mundo por meio do corpo ressurreto e recriado de Jesus. Embora sua existência pós-ressurreição tenha estado por um intervalo de tempo, nesta antiga terra, ele ascendeu à

dimensão invisível e celestial, do início da nova criação, que por fim descerá de forma visível no fim dos tempos, quando o velho cosmo se desintegrar (Ap 21.1-22.5) (Beale, 2025, p. 96).

A criação espera ansiosamente pela manifestação gloriosa dos filhos de Deus, que trará a libertação final da corrupção. Essa expectativa da criação está ligada à redenção dos crentes, que são os “filhos de Deus” e representam o foco de sua espera. Assim, os crentes também gemem nessa expectativa, aguardando a redenção dos seus próprios corpos que é confirmada pela ressurreição do Senhor Jesus Cristo: “O Triunfo do Espírito sobre a carne no homem está ligado à sua vontade de viver segundo o Espírito”, uma vez que “Teologicamente, o Espírito domina a carne com a vitória de Cristo em sua morte e ressurreição” (Santos Filho; Gonzaga, 2021, p. 110).

Em Romanos 8, a glorificação é o resultado final e a esperança futura para os crentes, que envolve a libertação da corrupção e do sofrimento para a glória e liberdade perfeita dos filhos de Deus. Paulo enfatiza que esta glória futura é muito superior aos sofrimentos presentes e que todo o universo, que geme sob o peso da servidão, também aguarda, ansiosamente, essa libertação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Santo Agostinho, a glorificação tem o seu fim último na contemplação, no processo de ascensão intelectual e espiritual para a verdade em si, que é Deus, partindo da beleza do mundo sensível e passando pela purificação interior para ver o inteligível. Portanto, o objetivo final da contemplação é a união amorosa e íntima com Deus, experimentando a realidade eterna, onde os crentes terão corpos transformados, livres da escravidão da decadência e da morte, participando da liberdade dos filhos de Deus. A glorificação é o objetivo final do plano de Deus para os que O amam, onde Ele os justifica, chama e glorifica para que sejam conformes à imagem de Seu Filho. Esse anseio é

impulsionado pela esperança na gloriosa manifestação de Deus e na redenção completa que virá com o retorno de Jesus.

## **REFERÊNCIAS**

AGOSTINHO, Santo. *A graça (I) – O espírito e a letra; A natureza e a graça; A graça de Cristo e o pecado original*. São Paulo: Paulus, 1998. [Coleção Patrística, n. 12].

AGOSTINHO, Santo. *Explicação de algumas proposições da Carta aos Romanos; Explicação da Carta aos Gálatas; Explicação incoada da Carta aos Romanos*. São Paulo: Paulus, 2009. [Coleção Patrística, n. 25].

BEALE, Gregory Kimball. *União com o Cristo ressurreto: a nova criação escatológica e a teologia bíblica do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2025.

BÍBLIA SAGRADA. *Nova Versão Transformadora*. São Paulo: Mundo Cristão, 2016.

DUNN, James D. G. *A teologia do apóstolo Paulo*. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS FILHO, Jivaldo dos; GONZAGA, Waldecir. *O Espírito e a filiação cristã: a antropologia pneumatológica de Paulo na Carta aos Romanos*. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2021.

SEIDENSTICKER, Philipp. A nova existência cristã na perspectiva de Paulo. In: SCHREINER, Josef; DAUTZENBERG, Gerhard (org.). *Forma e exigências do Novo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2008.